

MUNICÍPIO DE ANADIA

Aviso (extrato) n.º 16948/2025/2

Sumário: Abertura de procedimento concursal por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (jurista).

1 – Nos termos do artigo 33.º do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pelo artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), e do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, doravante designada por Portaria, e com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro torna-se público que, em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, datada de 26 de junho de 2025 e por despacho da Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, datado de 01 de julho de 2025, no uso de competência em matéria de superintendência na gestão e direção do pessoal ao serviço do município, conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para constituição de relações jurídicas de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 01 (um) posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior (Jurista), conforme consta no mapa de pessoal para o ano de 2025.

2 – Caracterização do posto de trabalho: O posto de trabalho a concurso caracteriza-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de Técnico Superior, correspondentes ao conteúdo funcional constante do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º do anexo à LTFP, complementado com as funções descritas no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, nomeadamente: Analisar e dar pareceres jurídicos em todos os processos que lhe são submetidos; Instruir processos de contra ordenação; Instruir processos disciplinares; Elaborar contratos e documentos de cariz técnico jurídico; Elaborar estudos e propostas de regulamento; Exercer as funções de Encarregado de Proteção de Dados (EPD) tendo como principal função assegurar que o Município de Anadia cumpre as regras de proteção de dados pessoais, devendo para o efeito aconselhar o Município de Anadia sobre questões de privacidade, monitorar o cumprimento das leis de proteção de dados e atuar como ponto de contacto para com as autoridades de proteção de dados e os titulares de dados; Tramitar e avaliar todas as denúncias apresentadas pelos denunciantes no canal de denúncia interna e externa.

2.1 – Nos termos do artigo 81.º da LTFP, a descrição do conteúdo funcional não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções, não expressamente mencionadas, que lhes sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional.

3 – Nível habilitacional exigido: Licenciatura em Direito (CNAEF: Direito (380)), não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

4 – Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 11.º da Portaria, informa-se que a publicitação integral do procedimento será efetuada na Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt e no sítio da Internet do Município de Anadia em www.cm-anadia.pt.

1 de julho de 2025. – A Presidente da Câmara, Eng.^a Maria Belém Correia Cardoso.

319252886